



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTIAGO DO ESCOURAL

Minuta da Ata da Assembleia de Freguesia

Realizada em sessão extraordinária em 26/11/2025

Aos vinte seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e cinco, reuniu a Assembleia de Freguesia de Santiago do Escoural, na sala de sessões da Junta de Freguesia, pelas 21,00 horas, verificadas 7 presenças, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1.º Ponto – Apresentação e votação da 2ª Revisão do Orçamento 2025.

2º Ponto – Apresentação e votação da 2ª Alteração ao PPI/2025.

Deliberações:

1.º Ponto – Apresentação e votação da 2ª Revisão do Orçamento 2025:

Deliberação: Aprovado com maioria, com 3 votos contra dos eleitos da CDU e 4 votos à favor dos eleitos do PS

2.º Ponto – Apresentação e votação da 2ª Alteração ao PPI/2025:

Deliberação: Aprovado com maioria, com 3 votos contra dos eleitos da CDU e 4 votos à favor dos eleitos do PS

Depois de concluída a Ordem de Trabalhos, eram 22:14, quando foi dada por encerrada a sessão extraordinária, tendo a presente minuta sido

aprovada por Unanimidade, sendo assinada pela Presidente da Assembleia de Freguesia.

Santiago do Escoural, 26 de novembro de 2025

A Presidente da Assembleia de Freguesia

Cristina da Rosa Flagues

PROJETO DE ATA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTIAGO DO ESCOURAL

Aos vinte seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte cinco, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão extraordinária, a Assembleia de Freguesia na sala de sessões da Junta de Freguesia, com a seguinte ordem de trabalhos:

PONTO UM – Apresentação e votação da 2^a Revisão do Orçamento 2025.

PONTO DOIS – Apresentação e votação da 2^a Alteração ao PPI/2025.

A Presidente da Assembleia iniciou a sessão, cumprimentando todos os presentes e fazendo, de seguida, a chamada dos eleitos, não se tendo verificado ausências.

Seguidamente passou-se à Ordem de Trabalhos. A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Executivo da Junta.

Interveio o Presidente da Junta que, começou por saudar todos os eleitos, a mesa da Assembleia, e o público presente.

No **Ponto Um** da Ordem de Trabalhos: Apresentação e votação da 2^a Revisão do Orçamento 2025, o Presidente da Junta começou por explicar que em abril fez-se a 1^a Revisão ao Orçamento e alteração ao PPI. Presentemente, houve necessidade de acertar, em termos contabilísticos, algumas alterações que não estavam previstas, esclareceu. Informou que houve duas candidaturas ao PRR as quais foram aprovadas. Entrou verba para pagarmos as obras dessas candidaturas. As obras já foram executadas, já recebemos 50% do valor e iremos receber os restantes 50% ainda durante o ano de 2025, referiu o Presidente.

Continuando, o Presidente da Junta afirmou que se conseguiu resolver também uma situação que se veio a degradar muito nos últimos anos – o depósito da água em Casa Branca. O Presidente da Junta explicou o que aconteceu em termos cronológicos nos últimos anos, no que diz respeito a este depósito da água. Frisou que o depósito necessitava de manutenção e isso nunca aconteceu, está situado num espaço que é da IP, e foi a Câmara Municipal que fez toda a infraestrutura para o abastecimento da água em Casa Branca.

Referiu ainda que nos últimos quatro ou cinco anos o depósito degradou-se ainda mais, tendo ocorrido, no início do mandato, uma reunião com a

Câmara Municipal, na qual alertámos para esta situação. Para além do estado do depósito alertámos também para a pressão da água que não chegava a casa das pessoas, frisou.

Ainda durante a sua intervenção, o Presidente da Junta mencionou que os serviços da Câmara não fizeram nada para que esta situação se resolvesse. O Executivo da Junta abordou diretamente a administração da IP, tendo-nos sido dito que aquele espaço estava para ser concessionado, e havia a possibilidade da outra parte ser concessionada a um privado para construção de um parque de caravanas, esclareceu o Presidente.

Continuando, o Presidente informou que o Executivo propôs à administração da IP fazer um contrato de comodato, no qual nos seria cedido o espaço onde está o depósito da água para podermos ser nós a tratarmos. Este contrato foi realizado, e a partir daqui o Executivo começou a pressionar a Câmara para resolver esta situação. Informou ainda o Presidente que, para além do depósito da água, também o poço e a estação de tratamento estão no terreno da IP.

Em seguida, o Presidente esclareceu que, para além do arranjo do depósito, no orçamento constam também um tanque, um hidropressor e um by pass, para que as pessoas recebam água em casa enquanto decorre a obra.

O Presidente acrescentou ainda que foi feito um procedimento de consulta prévia, a Assembleia Municipal aprovou o valor estipulado no Protocolo realizado com a Câmara Municipal e já nos disponibilizou uma parte desse valor para que se iniciassem as obras.

A Revisão Orçamental e a Alteração ao PPI foram realizadas para contemplar a entrada de verbas referentes à realização das obras do depósito da água, bem como às obras de adaptação dos sanitários do cemitério para mobilidade reduzida e rampa de acesso à igreja de Casa Branca - candidaturas do PRR e seu respetivo pagamento, concluiu o Presidente.

Pedi para usar da palavra o Sr. Albertino que começou por referir que nesta alteração do Orçamento há questões que gostaria de validar.

Menciona que não vê qualquer despesa relacionada com transferência de Capital de Investimento, mas sim transferência para Despesas Correntes.

Continuando, o eleito Albertino acrescenta que quando se pede revisão de orçamento para incremento de despesas correntes, deve ser acompanhado

de relatórios de execução orçamental para se perceber onde as coisas bateram, para se perceber onde inicialmente se orçamenta uma rubrica para no final do ano necessitarmos de duplicar esse valor. Refere que não vê como é possível estes incrementos (de despesas correntes) mais a mais tratando-se de despesas meramente correntes financiadas por transferências de capital de investimento.

Verificou que houve um aumento das despesas, faltam relatórios de Execução Orçamental para percebermos o reforço das rubricas correntes. O que está aqui proposto, a alteração que esta aqui proposta é de Receitas de Investimento para Despesas Correntes, como Comunicações, Encargos com Imóveis, aumento da Segurança Social, etc..., finalizou.

Para responder a este eleito o Presidente afirmou que não estamos ainda a discutir a Prestação de Contas, aí irá aparecer a Execução Orçamental e os eleitos podem questionar, neste caso é uma Revisão Orçamental, na qual as Receitas e Despesas estão identificadas.

Voltou a intervir o eleito Albertino que afirmou terem conceitos diferentes de Revisões e de Alterações Orçamentais, frisou que deveriam ser apresentados documentos de acompanhamento das contas durante todo o ano. Todos os eleitos têm o direito de pedir o que quer que seja, concluiu.

Para terminar, o Presidente mencionou que dará acesso aos documentos, todos os eleitos estão em pleno direito de os pedir.

Para concluir este Ponto, a Presidente da Assembleia colocou o documento a votação, tendo sido aprovado por maioria com três votos contra com declaração de voto e quatro votos a favor.

Passou-se ao **Ponto Dois** da Ordem de Trabalhos: Apresentação e votação da 2ª Alteração ao PPI/2025. Neste Ponto, a Presidente passou a palavra ao Presidente da Junta. O Presidente começou por explicar que a Alteração ao PPI veio criar uma nova rubrica nas despesas de investimento, na qual colocámos o valor da obra do depósito da água de Casa Branca e o valor das candidaturas do PRR.

Interviu o eleito Albertino afirmando que ficou tranquilo porque o assunto do depósito da Casa Branca está a ser tratado, relativamente à obra em si gostaria de saber como foram os procedimentos do concurso.

Continuando, mencionou que “foi aprovado em Assembleia de Freguesia (26 de junho de 2025, acho) um Acordo de Execução entre a Junta de

Freguesia e a Câmara Municipal; a clausula 3 desse acordo diz que o acordo se rege pelo CCP que obriga os tais Cadernos de Encargos e Orçamentos. ... Não temos evidência de propostas que tenham sido recebidas em resposta, não sabemos quais as empresas que responderam, até pode ter sido só uma, desconhecemos completamente.....na clausula 9 o Município obriga-se a nomear um representante para apoio técnico à Junta Freguesia, não temos evidência que alguém tenha sido nomeado como representante da Câmara Municipal de Montemor. Na Clausula 10, a Junta de Freguesia obriga-se a designar um representante para verificação do modo de cumprimento do acordo e apoio técnico: desconhecemos se a Junta de Freguesia nomeou alguém. Obriga-se ainda a Junta de Freguesia a entregar os relatórios de acompanhamento da obra; desconhecemos qualquer ou quaisquer relatórios que tenham sido produzidos pelo Executivo da Junta e entregues ao Município. Obriga-se a submeter ao Município propostas de aprovação de todos os materiais previamente à sua aplicação na obra, bem como os processos construtivos mais relevantes para análise por parte do Município: desconhecemos qualquer proposta que tenha sido submetida ao Município previamente à sua aplicação na obra. Obriga-se a assegurar a Segurança da obra, isso, em nosso entender, implica um plano de segurança da obra, desconhecemos se existe qualquer plano de segurança da obra. Por fim, o Executivo da Junta está a pedir para aprovarmos no dia 26 de novembro e inscrevermos no orçamento da Junta uma obra que começou há 26 dias atrás, o que quer dizer que, em nosso entender rompe tudo o que a lei determina, que não pode ser iniciada uma obra sem estar devidamente orçamentada, devidamente cabimentada. Rompe todos os princípios que a lei determina. É ilegal aprovar uma obra a dia 26 uma obra publica que começou há 26 dias. Esta aprovação está ferida de ilegalidade.”

Fim de citação do eleito Albertino.

Para responder ao eleito Albertino, o Presidente da Junta referiu que existem orçamentos, existem deliberações, existe tudo o que é devido nos concursos públicos. Mencionou que o Executivo optou por Consulta Prévia para conseguir fazer os procedimentos mais rápido, não há nenhuma ilegalidade por se começar a obra antes, o Protocolo foi aprovado em Assembleia Municipal e em Assembleia de Freguesia, finalizou.

Para concluir, o eleito Albertino referiu que a opção consulta prévia obriga a pedir orçamentos.

Seguidamente, pediu para usar da palavra o eleito Duarte que começou por cumprimentar todos os que estavam presentes. Este eleito começou por fazer dois reparos: a mesa da Assembleia deveria estar mais adiante do que a mesa do Executivo, e a Presidente da Assembleia não deveria permitir que os eleitos entrem em diálogo direto. Em relação ao depósito da água de Casa Branca, o eleito Duarte mencionou que ficou satisfeito de o mesmo ir ser reparado, no entanto, questionou por quantos anos irá durar essa restauração, que garantia há de durabilidade a cem por cento.

Para responder a este eleito, usou da palavra o Presidente da Junta esclarecendo que esta solução é uma solução temporária, a garantia será a mesma do que a de outras obras que são feitas, referiu. Continuando, o Presidente da Junta afirmou que gostaria que toda aquela zona até à ligação das condutas passasse para propriedade da Câmara Municipal, para que no futuro esta situação ficasse resolvida. O Executivo não pretende que aquele depósito seja eterno, não pretendemos continuar a depender de outros intermediários, é natural que o proprietário do terreno, mais ano menos ano, queira que aquele depósito saía dali, referiu o Presidente. O objetivo atual do Executivo é abastecer a população de Casa Branca com outras condições, no entanto, presentemente temos que garantir a recuperação daquele depósito para impedir que se degrade ainda mais, finalizou.

Em seguida, não havendo mais questões a colocar, a Presidente da Assembleia colocou o documento a votação. O mesmo foi aprovado por maioria com três votos contra, com declaração de voto, e quatro votos a favor.

Ficam anexas a esta Ata as Declarações de Voto contra, entregue pelos eleitos da CDU.

Logo após a Presidente da Assembleia deu a palavra ao primeiro secretário para ler a minuta da Ata. A mesma foi colocada a votação tendo sido aprovada por unanimidade.

A sessão foi encerrada quando eram 22h14m.